

A V CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

João Batista Libanio SJ

Introdução

A América Latina iniciou, na Igreja católica, certo tipo original de reunião de bispos que assumiu o nome de “Conferência Geral do Episcopado”. Distancia-se da forma dos antigos concílios regionais, por não debater temas dogmáticos, diretamente ligados à formulação das verdades da fé, mas por optar por perspectiva eminentemente pastoral. Visa a responder à pergunta: como ser Igreja na atual situação do Continente latino-americano? Analisa-lhe a realidade social, econômica, política, cultural, religiosa e eclesial, reflete teologicamente sobre ela e repensa a pastoral.

Difere também dos Sínodos Continentais, criados por João Paulo II, que têm papel puramente consultivo e que terminam com um documento escrito pelo Papa. Eles exprimem bem o centralismo romano. As Conferências, embora não estejam totalmente isentas dele, produzem texto próprio.

Trajetória

A Conferência de Aparecida se insere numa série de quatro anteriores. Honestamente não se pode falar de tradição nem de continuidade entre elas. Houve rupturas maiores que continuidade.

Embora a linguagem eclesiástica, institucional evite o discurso da ruptura e privilegie a continuidade, intervieram duas rupturas grandes entre Rio

(1955) e Medellín (1968), e entre Medellín e Santo Domingo (1992), passando pela situação ambígua e intermediária de Puebla (1979). Aparecida significou também certa ruptura, embora menor, em relação a Santo Domingo. Evidentemente a brecha entre Rio e Medellín se explica por causa do Concílio Vaticano II que provocou violento terremoto na Igreja institucional, minando ou fazendo ruir muitas de suas construções ancestrais.

A Primeira Conferência (1955), ainda sob Pio XII, reuniu-se no Rio de Janeiro, nos 10 dias consecutivos ao Congresso Eucarístico Internacional aí realizado. Três preocupações centrais: 1. escassez do clero no Continente; 2. enfrentamento com as forças adversas ao catolicismo: laicismo, superstição, espiritismo, propaganda protestante, maçonaria; 3. atenção aos novos meios de divulgação da mensagem: rádio e imprensa¹. O mais importante, porém, foi o problema das vocações sacerdotais. Em imenso Continente católico, grande contingente de sacerdotes vinha do estrangeiro e as vocações nativas rareavam. No horizonte estava a Igreja clerical.

O Concílio Vaticano II quebrou, em parte, tal concepção e introduziu a visão de Igreja como Povo de Deus, colegial e em diálogo com o mundo. Essas três marcas influenciaram Medellín (1968). Pensada por Paulo VI para ser mera aplicação do Concílio na América Latina, terminou com decisões pastorais corajosas: opção pelos pobres, comunidades eclesiais de base, teologia da libertação, educação libertadora, vida consagrada inserida no meio dos pobres, simplicidade do teor externo das autoridades eclesiais. E especialmente se rompe a ancestral aliança entre a Igreja e as oligarquias do Continente, optando-se por uma transformação social libertadora. Portanto, a Conferência de Medellín significou clara ruptura em relação à do Rio e o início da linha pastoral libertadora.

Puebla oscilou entre a continuidade e a ruptura em relação a Medellín. Na Igreja, havia grupo poderoso, em termos institucionais, contra a teologia da libertação, suspeito da opção pelos pobres, desconfiado da Vida Consagrada inserida, farejando marxismo no que se chamava então de “Igreja da Libertação”, procurando desviar a preocupação com a transformação da realidade social para a defesa dos valores religiosos contra o secularismo, com certa espiritualização da opção libertadora. Este grupo conseguiu frear e até reverter, em parte, a linha de Medellín.

Este clima neoconservador reforçou-se em Santo Domingo. A Igreja da América Latina teve pouca liberdade de expressão numa Assembléia organizada desde os poderes centrais da Igreja. A ruptura com Medellín se deu sob dois aspectos fundamentais: metodológico e teológico. Abandonou-se o método VER-JULGAR-AGIR com conseqüências teóricas e pastorais. E deslocou-se o eixo crítico-social para o cultural, diminuindo o impacto da opção

¹ Carta de Pio XII ao Presidente da Conferência Geral do Episcopado da América Latina: *REB* 15 / n° 3 (1955) 737-741.

pelos pobres e pela libertação. O programa soou: nova evangelização da cultura des cristianizada a fim de criar uma cultura cristã em todo o Continente, recorrendo aos modernos meios de comunicação social. Como aspecto positivo, trouxe a valorização da inculturação da fé e da liturgia nas culturas afroameríndias e na religiosidade popular e o protagonismo do leigo.

Convocação de Aparecida

A convocação de Aparecida não era evidente. Antes, tudo levava a crer que terminara tal tradição por causa da nova estrutura do Sínodo Continental criado por João Paulo II. O fato extrínseco de comemorar em 2005 o quinquagésimo aniversário da Conferência do Rio e da Fundação do CELAM levou o Presidente do CELAM a várias sondagens junto às Conferências Episcopais, aos cardeais latino-americanos sobre a conveniência de uma Conferência Geral do Episcopado da América Latina. Diante da vontade quase unânime da Igreja latino-americana, João Paulo II aquiesceu ao pedido do CELAM e convocou a Conferência, indicando a cidade de Roma e fevereiro de 2007.

Após a sua morte, Bento XVI reconvocou-a, já não mais para Roma e sim para Aparecida, Brasil, em maio de 2007. O local causou surpresa, já que outros países o pleiteavam. O Papa não explicou as razões. As suposições vão na linha do significado transnacional de Aparecida, como o Santuário Mariano mais visitado do mundo, além de reconhecer a importância da Igreja do Brasil pelo peso numérico e institucional.

O tema do discipulado e da missionaridade do católico foi escolhido em reunião do CELAM. Bento XVI retocou-o. “Discípulos e missionários de Jesus Cristo para que nele nossos povos tenham vida” – “Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida” (Jo 14,6). Reforçou-lhe a tônica cristológica, marcando assim a orientação fundamental da Conferência. Pôs-se no centro a pessoa de Cristo, com quem o católico tem um encontro pessoal, fazendo-se seu discípulo missionário para anunciar a vida em Cristo.

Processo de preparação

Na longa preparação para Aparecida, o CELAM, oficialmente, editou o Documento de Participação e a Síntese das contribuições recebidas. Somente estudo minucioso, depois da publicação do Documento Final, permitirá perceber a influência deles sobre o texto final. Uma análise ainda provisória constata que o Documento de Participação foi citado uma dezena de vezes e a Síntese um pouco mais.

O Documento de Participação foi lançado em setembro de 2005. Redigido, em grande parte, ainda no Pontificado de João Paulo II, mas publicado já

em tempos de Bento XVI, revela como fontes principais os escritos de João Paulo II e o Catecismo da Igreja Católica.

Em Seminário organizado pela CNBB, o Documento de Participação foi duramente criticado por um dos conferencistas por causa da metodologia dedutiva, da linguagem abstrata e essencialista². Parte da sede de sentido de um ser humano sem rosto à busca da felicidade em mundo de anemia espiritual que a irrupção do religioso sinaliza e só no quarto capítulo aborda a realidade como chegada da missão. Afasta-se, pois, da metodologia da *Gaudium et spes* e da tradição teológico-pastoral da América Latina por conta de visão essencialista da verdade, anterior e fora da história. Resultam daí antropologia e cristologia sem encarnação na história com conseqüências sobre a eclesiologia. Esta carece de pneumatologia e de vinculação com o Reino de Deus. Igreja sem Reino, fora e sobre o mundo, termina centrada em si, ao considerar-se proprietária dos meios de salvação. A concepção de missão se entende em mentalidade eclesiocêntrica de cristandade em que a salvação se reduz à esfera estritamente religiosa e no interior da Igreja. Acentua antes o secularismo à exclusão social. A meta da missão continental reflete a motivação de recuperar os católicos egressos e de fazer aparecer a visibilidade do catolicismo pela via midiática. Numa palavra, o texto insere-se no gradativo distanciamento da tradição de Medellín. Este documento doutrinal deixou rastros no documento final de Aparecida, ao diminuir-lhe o ímpeto pastoral em prol de aspectos doutrinários.

O CELAM recebeu 2.400 páginas de reações ao Documento de Participação e de contribuições independentes dele por parte das Conferências episcopais, dos Departamentos do CELAM, dos Dicastérios romanos, de organismos e eventos continentais e de outras fontes. Depois de classificá-las tematicamente e estudá-las por uma comissão de bispos, teólogos, biblistas e pastoralistas nomeados pela Presidência do CELAM, elaborou-se a Síntese³, como instrumento qualificado de inspiração e consulta para Aparecida. Embora entregue ao público em geral, destinava-se principalmente aos participantes da V Conferência.

O discipulado e a missão diante do desafio da evangelização no tempo presente foram o eixo central. Conscientes da herança católica e imersas nos desafios da Igreja no “Continente da esperança”, as reflexões visavam-lhe a uma renovação com lucidez pelo exercício do discernimento e da audácia.

Repuseram com vigor a idéia-força que se vinha formando: o católico, consciente da identidade historicamente construída, alegre e feliz de pertencer à Igreja, com a vocação de discípulo e missionário, é chamado a anunciar ao mundo, repleto de contradições sociais, políticas e religiosas, o

² A. BRIGHENTI, “O Documento de Participação da V Conferência. Apresentação e comentário analítico”, *REB* 66 / n° 262 (2006) 312-336.

³ *V Conferência do Episcopado Latino-americano. Síntese das contribuições*, São Paulo: Paulinas / Paulus, 2007.

evangelho da Vida. Para tanto, seguiu o método ver, julgar e agir, oferecendo uma visão da realidade à luz do projeto do Pai e apontando os desafios vindos da sociedade atual em vista da atuação evangelizadora da Igreja.

A presença do Papa

Não se entende a V Conferência sem o discurso inaugural do Papa⁴, cujos ensinamentos, na linguagem dos bispos, “foram iluminação e guia segura” para os trabalhos⁵. Ele estava sendo aguardado com enorme expectativa. Comparando-o com o discurso inaugural de João Paulo II em Puebla, revelou tom sereno, positivo, conciliador e não admoestador, mas sem novidades, repetindo idéias de discursos e documentos anteriores. Não abordou as questões polêmicas da vida interna da Igreja e de doutrina moral, nem ofereceu munição para os conservadores. Aliás estes ficaram frustrados, pois esperavam que o papa confirmasse as infelizes declarações feitas aos jornalistas no vôo entre Roma e São Paulo, nas quais proferiu considerações desairosas à teologia da libertação.

Foi um discurso dogmático que partiu da doutrina, deixando-o, porém, aberto à aplicação pastoral em nítida diferença do método da teologia da libertação que parte da realidade. Veio ensinar e não aprender. A análise do mundo atual revelou alguns traços latino-americanos, mas refletiu antes a crise presente da cultura moderna, principalmente européia.

Apresentou a fé e a Igreja, de forma idealizada, distantes da realidade. E tal fato apareceu sobretudo na descrição da primeira evangelização. Viu-a animando a vida e a cultura de nossos povos há mais de 500 anos⁶. Produziu enorme mal-estar, especialmente nos antropólogos e historiadores, que têm mostrado como ela se fez à custa de terrível destruição da cultura e vida de milhões de indígenas. É verdade que, tendo regressado a Roma, na audiência da 4ª feira, 23 de maio de 2007, retificou as afirmações anteriores, ao reconhecer as sombras da evangelização e crimes injustificáveis contra as populações indígenas. Opôs-se, porém, a determinadas tendências antropológicas de recuperação da cultura indígena anterior à evangelização.

⁴ “Discurso do Papa Bento XVI na sessão inaugural da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe”, in *Palavras do Papa Bento XVI no Brasil*, São Paulo: Paulinas, 2007.

⁵ *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, Brasília / São Paulo: CNBB / Paulus / Paulinas, 2007, Introdução, n. 2, p. 9.

⁶ “Discurso do Papa Bento XVI na sessão inaugural da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe”, in *Palavras do Papa Bento XVI no Brasil*, op. cit., p. 102.

Diante dos problemas internos, cabe à Igreja revitalizar a fé em Cristo, de cuja fonte surgirão novos caminhos e projetos pastorais criativos. Em face dos urgentes problemas sociais e políticos, múltiplos e complexos, especialmente de uma globalização sem equidade, da pobreza, da miséria e da violência, a Igreja tem específica contribuição para a solução. Abordou a questão da criação de “estruturas justas” como “uma condição indispensável para uma sociedade justa”. Só nascem e funcionam, se houver um “consenso moral da sociedade sobre os valores fundamentais e sobre a necessidade de viver estes valores com as necessárias renúncias, inclusive o interesse pessoal”. O trabalho político “não é de competência imediata da Igreja”, que deve respeitar a “sã laicidade” para não perder “sua independência” e “sua autoridade moral”. A “vocação fundamental da Igreja” é de “orientar as consciências e oferecer uma opção de vida que vai além do âmbito político” e de ser “advogada da justiça e dos pobres”⁷.

Conclui com bela oração, inspirada na experiência de fé dos discípulos de Emaús, convidando Jesus a ficar conosco, em especial, “com aqueles que em nossas sociedades são mais vulneráveis; ficai com os pobres, com os indígenas e com os afro-americanos, que nem sempre encontraram espaços e apoio para expressar a riqueza de sua cultura e a sabedoria de sua identidade”⁸.

O desenrolar da V Conferência

O desenrolar da Conferência teve momentos-cume, antecedidos por naturais tensões e decisões. Um primeiro: produzir ou não um texto final? Três tendências: uns eram contra, outros queriam um pequeno documento e por fim predominou a posição dos que pensaram a Assembléia orientada para a redação de um texto. Um segundo momento consistiu na enucleação dos subtemas implicados na temática central escolhida. Uns queriam simplesmente parafrasear o Discurso inaugural do Papa. Prevaleceu, porém, a idéia de que a Assembléia indicasse os assuntos que gostaria de tratar, aprovando sete blocos temáticos. E o resto da Assembléia foi um jogo de discussões em grupo, de redações provisórias dos blocos até que a Comissão de Redação com todo o material produzido nos grupos conseguiu em quatro diferentes redações chegar a um Texto final. Este foi submetido ao Papa para a aprovação.

Os Bispos produziram dois textos finais: uma Mensagem e um Documento. Com discurso consensual, corporativo e representativo oficial, evitaram as questões polêmicas e adotaram tom reconciliador. Positivamente isso significou renunciar fazer condenações teológicas e pastorais, mas, doutro

⁷ *Ibid.*, p. 117-121.

⁸ *Ibid.*, p. 128.

lado, eles calaram vozes proféticas. Na perspectiva da teologia da libertação, alguns silêncios são inexplicáveis e até reveladores da persistência de antigas suspeitas e de conservadorismo embutido, tais como a omissão total a respeito da teologia da libertação, das expressões Igreja das bases e Igreja dos pobres, e de corajosa transformação da realidade. Refletiu a mediania eclesial sem inspiração profética e gestos corajosos.

Avaliação geral da Conferência

Só o fato da realização da Conferência merece pontuação positiva. Exprime, em momento de surto neoconservador e centralizador, gesto colegial e de certa autonomia do Episcopado da América Latina e do Caribe. Houve limites impostos pela intervenção estatutária e direta de Roma: convocação, escolha do tema, nomeação da presidência, aprovação dos eleitos, inclusão de membros da Cúria Romana, discurso norteador e aprovação final. Mesmo assim, os bispos se reuniram, discutiram, ouviram uns aos outros, sentiram o pulso do Continente.

No interior da Conferência, notaram-se tendências em tensão. A presença dos novos movimentos eclesiais sobrepujou-se à das CEBs. O grupo alinhado com a Cúria Romana, centralizador, unificador e de discurso universal e abstrato se chocava com outro de olhar pastoral voltado para a realidade local, para os apelos da população e da sociedade. É questão de mais e menos. Ora um se impôs, generalizando e dogmatizando afirmações, especialmente na cristologia, ora outro, encarnando-as na realidade pastoral. O capítulo VIII, na ótica da teologia da libertação, foi um dos mais bem sucedidos e por boa coincidência recebeu apenas ligeiros retoques na correção posterior à Conferência.

O texto se apóia sobre a viga mestra da consciência das exigências da fé cristã confrontada com os desafios da realidade atual. Daí surge dupla constatação. Uma triste e dolorosa, outra esperançosa e programática. A dor vem da evidente perda de relevância, de consistência, de presença da Igreja católica no Continente latino-americano. Muitos fatores são mencionados, desde os impactos da globalização até a falta de raiz e de convicção da imensa massa de católicos. Faltou, no entanto, reconhecer que o proceder autoritário da Igreja, no campo doutrinário e moral, tem sido causa da perda de sua credibilidade.

A esperança nasce da aposta de que é possível sacudir os católicos para verdadeira conversão, não no sentido moralista de distanciamento do pecado, mas de tomada de consciência da grandeza da vocação cristã e da tríplice consequência: fazer-se discípulo de Cristo, viver tal realidade na Igreja e ser impelido para tornar-se missionário do Evangelho da vida. Este é o estribilho que o Documento repete à saciedade.

Em termos práticos, a Conferência pretende desencadear uma Grande Missão Continental, abordando diretamente, em primeiro lugar, aqueles fiéis que abandonaram a prática religiosa, especialmente a missa dominical. Não num espírito proselitista e sim por amor ao irmão. Depois de um momento forte, a Grande Missão pretende se tornar algo permanente.

Tal propósito revela lado extremamente positivo. Obriga a Igreja a sair de dentro de si para lançar-se no mundo a fim de anunciar-lhe a Boa Nova de Jesus. Sem que os bispos talvez se dessem conta, tal aventura obrigará a Igreja a profundas modificações.

Os riscos vêm então do fato de não se querer assumir as mudanças necessárias ou de cair no erro de voluntarismo vazio e do encobrimento da raiz principal do problema da descatholicização atual. Esta não se deve exclusivamente às transformações da cultura moderna, nem mesmo à tibieza do fiel, mas à estrutura ministerial e jurídica da Igreja, suportada por uma teologia que não se questiona e que se impõe sob a proteção da fidelidade ao magistério.

Nenhuma Missão Continental vai resolver o problema da Eucaristia nas comunidades, se não se repensar a própria teologia eucarística como dom de Jesus à humanidade e a todos os cristãos e, conseqüentemente, a sua configuração ministerial e prática com novas disposições canônicas.

Aparecida conserva aberturas da tradição de Medellín, mas modifica a maneira de compreendê-las por força de convicção prévia. Pela fé em Cristo, vivida na Igreja, temos toda a verdade e todos os valores fundamentais do ser humano. Imbuídos deles, transformaremos a nós, e ofereceremos a fonte de transformação para as outras pessoas e para a realidade. Em abstrato, a afirmação é absolutamente correta. Mas, a questão se põe em relação ao discutível pressuposto de que sabemos com clareza toda a verdade e disso não duvidamos. Basta tirar daí as conseqüências práticas e pastorais. Tal impressão resulta da leitura do Discurso do Papa e do documento conclusivo.

Alguns pontos fortes da tradição de Medellín sofreram matização, se não enfraquecimento. Aqui aparece mais uma vez a tendência presente neoconservadora. O termo libertação aparece poucas vezes e debilitado pela adição de adjetivos, tirando-lhe a força transformadora da realidade na linha dos pobres.

A Vida Consagrada perdeu relevância diante dos novos movimentos eclesiais e novas comunidades, sendo acusada de se deixar secularizar. Medellín a conduziu a maior engajamento no meio dos pobres rurais e urbanos. As Conferências Latino-americanas dos Religiosos incentivaram tal inserção. Aparecida se preocupa antes com a comunhão com o bispo e uma pobreza na linha da liberdade diante do mercado e das riquezas. A

inserção no meio dos pobres desaparece. Ao tocar a questão do testemunho das instituições eclesiais, não se insiste na simplicidade e no compromisso com os pobres, mas na “alegria” do Encontro com Jesus, de que se dá testemunho. Será já algum toque pós-moderno, carismático? Ou indica que o militantismo da década pós-Medellín se tornara pesado, sisudo e duro para a sensibilidade atual?

A tradição de Medellín se nutria no campo educacional da pedagogia libertadora de Paulo Freire. Houve profundas reformulações de muitas obras educacionais católicas. Aparecida matiza a questão desde outra ótica. Em vez de compromisso social, frisa-se a identidade católica. De dentro dela, a educação se abre ao social, ao pobre, à formação integral do educando.

A teologia moderna crítica, seja europeia como latino-americana, tem dificuldades com a postura básica doutrinal do Documento. Levanta a suspeita de que as formulações e compreensões da fé em Cristo nasceram e se construíram em momentos culturais determinados e que, portanto, necessitam se confrontar com a realidade não a modo de aplicação, mas de reformulação teórica e prática. É a partir da realidade que se questionam as próprias compreensões da fé. A teologia da libertação assumira tal caminho. Mesmo mantendo o método ver-julgar-agir, o Documento Final revela antes postura de quem parte do julgar em todos os momentos. E esse julgar já se considera possuído sem dúvidas e sem questionamentos. Nesse sentido, o texto causa certo mal-estar em inteligências afeitas à criticidade moderna.

A temática da sexualidade, demasiado difícil e delicada para ser discutida e verbalizada, foi praticamente silenciada ou tocada negativamente. O toque positivo aparece na alusão à sã educação sexual.

O problema do ministério presbiteral, reservado a homens célibes, não teve clima para ser tratado, embora seja um dos maiores empecilhos para a evangelização no Continente latino-americano e tenha recebido ousadas sugestões por parte da CNBB. E se tornará tanto mais grave quanto mais as igrejas evangélicas preencherem o vazio ministerial deixado pela Igreja católica com a avalanche de pastores.

O parágrafo sobre a dignidade e participação das mulheres avançou para além dos conhecidos ditos de rejeição de todo machismo e da exploração da mulher sob muitas formas. Propôs “garantir a efetiva presença da mulher nos ministérios que na Igreja são confiados aos leigos, assim como também nas instâncias de planificação e decisão pastorais, valorizando sua contribuição”⁹.

O ecumenismo e o diálogo inter-religioso não progrediram em pontos centrais como a intercomunhão e outros. Repetem-se afirmações do Concílio e dos dois últimos papas, sem nenhum estro profético.

⁹ *Documento de Aparecida, op. cit.*, n. 458, p. 205.

Permanece a expressão “opção preferencial pelos pobres”. O fato revela que ela já faz parte dos lugares-comuns da vida eclesial. No entanto, o texto carece de pistas concretas para a pastoral. Perdura o receio de deslizar-se para o campo político e ideológico. Esquece-se, porém, que o silêncio e a vaguidade também são ideológicos. E, como, na prática, a Igreja se identifica com o clero e religiosos/as, a opção pelos pobres dificilmente se traduz nalguma luta dentro de movimentos sociais de reivindicação e de libertação, onde tomaria carne. Vale, porém, salientar o reconhecimento do sujeito indígena e dos afrodescendentes no cenário da Igreja e da sociedade.

A publicação recente do texto aprovado por Roma gerou enorme mal-estar na Igreja. A versão votada em quase unanimidade pelos bispos sofreu numerosas mudanças e algumas significativas, especialmente a que se refere às comunidades eclesiais de base. Sentiu-se como inexplicável desrespeito ao episcopado latino-americano, como se ele não fosse capaz de redigir um texto, precisando esse ser corrigido por mãos anônimas. Triste final de momento colegial por ato arbitrário e autoritário.

Conclusão

Está jogada a cartada oficial. Agora toca às Igrejas particulares até às estruturas menores das comunidades de base fazer a recepção de Aparecida. Aí acontecerá o mais importante para a Igreja.

João Batista Libanio, SJ, doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma, 1968), é professor da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), em Belo Horizonte. É fundador e membro da SOTER (Sociedade de Teologia e Ciências da Religião), e Vigário Paroquial da Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes (Vespasiano). Obras de publicação recente: *Teologia da Revelação a partir da modernidade*, 5ª ed., São Paulo: Loyola, 2005; *Eu Creio - Nós Cremos: Tratado da Fé*, 2ª ed., São Paulo: Loyola, 2004; *As lógicas da cidade, o impacto sobre a fé e sob o impacto da fé*, São Paulo: Loyola, 2001; *A arte de formar-se*, 4ª ed., São Paulo: Loyola, 2004; *Introdução à vida intelectual*, 3ª ed., São Paulo: Loyola, 2006; *A religião no início do milênio*, São Paulo: Loyola, 2002; *Olhando para o futuro: Perspectivas teológicas e pastorais do Cristianismo na América Latina*, São Paulo: Loyola, 2003; *Gustavo Gutiérrez*, São Paulo: Loyola, 2004; *Jovens em tempo de pós-modernidade: Considerações socioculturais e pastorais*, São Paulo: Loyola, 2004; *Como saborear a celebração eucarística?*, 2ª ed., São Paulo: Paulus, 2005; *Qual o caminho entre o crer e amar?*, 2ª ed., São Paulo: Paulus, 2005; *Concílio Vaticano II: Em busca de uma primeira compreensão*, São Paulo: Loyola, 2005; *Qual o futuro do Cristianismo?*, São Paulo, Paulus: 2006; *Conferências Gerais do Episcopado latino-americano do Rio de Janeiro a Aparecida*, São Paulo: Paulus, 2007.

Endereço: Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127
31720-300 Belo Horizonte – MG
e-mail: jblibanio@faculdadesjesuita.edu.br